



Os meus, os teus, os nossos saberes: os especialistas como co-autores das notícias e os micro-especialistas do nosso tempo¹

Fernanda Cupolillo Miana de Faria²

Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente artigo tem como propósito discutir a relação entre jornalistas e “especialistas”, aqui tomados como representantes do universo das tecno-ciências, em reportagens de comportamento de algumas das principais revistas semanais de informação do Brasil: Veja, Época e Istoé. Pretende-se abordar as várias possíveis intervenções na construção das reportagens por parte dos “especialistas”, a relação de cumplicidade que se constrói com os jornalistas e a formação de uma complexa rede de falas autorizadas nessas publicações, através da qual se dá sustentação às “teses” que são postas em discussão. Enfoca-se também a convocação por parte dos especialistas para que os leitores se transformem em espécies de micro-especialistas no dia-a-dia.

Palavras-chave: especialistas; autoridade; bom senso.

1 – Informação e “Comunidades de saber”

‘Cada um é o seu próprio cientista’ é um lema que os panfletários puritanos parecem muitas vezes ter levado a extremos descabidos. ‘Culpeper traduziu para o inglês o texto sagrado do Colégio [...] Ele esperava que isso faria de cada um o seu próprio médico, do mesmo modo como a Bíblia fez de cada um o seu próprio teólogo’ (EISENSTEIN, 1998, p. 255).

¹ Trabalho apresentado ao GT História do Jornalismo, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper Ciee, São Paulo, 2007.

² Graduada em Comunicação Social – Jornalismo – pela UFF. Mestranda em Comunicação pela UFF. A dissertação versa sobre a influência do Behaviorismo e do Evolucionismo nas reportagens de comportamento das revistas Época, Veja e Istoé. Atualmente participa do Grupo de Estudos em Comunicação e Sociedade, GRECOS, coordenado pela Professora Doutora Ana Lúcia Enne. E-mail: fernanda.cupolillo@gmail.com.

Passados quatro séculos desde a eclosão da Reforma Protestante na Europa, movimento que, entre outras coisas, estimulou a publicação de obras científicas e de livros leigos, contrariando a tendência da Igreja da Contra-reforma de banir as bíblias em língua vernácula e de proibir livros seculares de grande saída (EISENSTEIN, 1998, p. 255), alterações radicais na forma de distribuir e disponibilizar o “conhecimento” podem ser percebidas no mundo ocidental. Em pleno século XXI, não só inexitem restrições explícitas ou de ordem macroscópica envolvendo instituições religiosas quanto à publicação de quaisquer tipos de saber (o mesmo vale para outros tipos de instituição), como é possível acessar variadas formas de “conhecimento” nos mais diversos ambientes e através de inúmeros meios. Vivemos em sociedades democráticas³, ou que, pelo menos, se intitulam democráticas, nas quais se argumenta ser possível, no plano de uma retórica que se configura hegemônica, entrar em contato com os mais diversos saberes, e vivenciá-los, por meio da defesa de um princípio de igualdade de direitos que é estendido a todos os indivíduos. Ou seja, potencialmente, todos os indivíduos podem se manifestar e se mover subjetiva e socialmente de forma “livre”, de modo que nenhuma instância lhes imponha um repertório possível e desejável de ações ou regule os seus hábitos de vida, a não ser as que “por livre arbítrio” são eleitas para exercerem tal papel.

Em sociedades democráticas ocidentais do século XXI, guardadas as respectivas especificidades, o “conhecimento” ocupa um lugar social estratégico; está em todos os lugares e virtualmente muito próximo dos indivíduos, e basta um movimento em sua direção para que ele se “disponibilize”, em toda a sua grandeza e infinitude, para ser incorporado, ou melhor, ritualisticamente consumido. Tal sensação de proximidade com o saber é produzida por meio do lugar que os *mass media* reivindicam para si como centros de difusão de saber. Os signos a que esse saber está vinculado e a matéria que o constitui, no entanto, em muito se diferem, estruturalmente, dos respectivos signos e matérias que constituíam o tipo de saber veiculado, por exemplo, pelas igrejas católicas e protestantes do século XVII. O saber que os *mass media* disponibilizam é consumido sob o signo de

³ Entendemos por democracia o regime em que “todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais. (...) A igualdade social significa a inexistência de diferenças hereditárias de condições, o que quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. (...) Uma decorrência disto é que não há uma diferença essencial de condições entre os membros da coletividade. É normal que a soberania pertença ao conjunto dos indivíduos”. In: NOGUEIRA, Simone Gibran. “O conceito de Democracia para Tocqueville”. Revista Eletrônica de Ciências, fev/mar 2004. Disponível em: www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos (02/10/2006).



informação, seguindo uma tendência iniciada em meados do século XX, no pós-guerra e com o advento das sociedades de massa, quando se vulgarizou tal denominação através, por exemplo, da teoria hipodérmica⁴. A noção de informação e o imaginário que se constrói a partir dela vinculam-se muito diretamente a um extenso conjunto de práticas sociais. A noção de informação implica, por exemplo, um mecanismo de atualização, e só existe “de fato” se, tomada enquanto matéria, possuir a qualidade de se estender ao infinito, comportando a possibilidade de se alargar e desdobrar permanentemente. A durabilidade de uma informação isolada é, portanto, extremamente curta (vide os ciclos produtivos dos jornais diários para quem as “notícias” têm validade apenas de 24 horas).

Mas além do hábito que se inaugura de consumir um grande volume de informação – fazendo com que, inclusive, ela esteja submetida a um regime de renovação *ad infinitum* –, pode-se citar uma outra prática social a ela vinculada responsável por inspecionar sua “qualidade”, ou melhor, por regular sua validade e sua importância social. Dependendo dos suportes materiais por onde circula a informação se é capaz, se se compartilha de um determinado imaginário presente no senso comum que estigmatiza com juízos de valor de ordem negativa alguns “gêneros” informativos, de distinguir os graus de relevância social da informação, sua “real” legitimidade e contundência; enfim, de distinguir a informação vazia e supérflua da “edificante”. Informações que circulam em revistas de “fococas”, que narram as redes de intrigas da vida pessoal de artistas e celebridades, têm um *status* completamente diferente das que circulam nas revistas semanais de informação, a exemplo de *Época*, *Veja* e *Istoé*. As informações que circulam em suportes que se autodenominam “sérios” e capazes de selecionar os eventos mais relevantes em todo o mundo, oferecendo-os aos leitores sob o signo de “conteúdo indispensável” e assegurador de “bem-estar”, estão associadas a determinados organismos e atores sociais que historicamente se constituíram como instâncias “de autoridade”, capazes de garantir legitimidade a determinadas falas e lugares de fala.

As reportagens das revistas semanais de informação, por exemplo, são autenticadas pelos jornalistas, ou melhor, pela comunidade jornalística, que simbolicamente assegura

⁴ Segundo essa teoria, a mensagem transmitida pelo emissor atinge o receptor como uma agulha, que supostamente a recebe de uma forma passiva, sem que nenhuma espécie de ruído, por parte do ambiente e do público, venha a ameaçar o percurso unidirecional da comunicação. “A posição defendida por esse modelo pode sintetizar-se na afirmação segundo a

não só o grau de verdade das reportagens como também a sua relevância social. Os jornalistas, portanto, além de se autorizarem como intérpretes legítimos dos acontecimentos, capazes de “traduzir” em informação os mais diversos eventos, das mais diferentes áreas do conhecimento (ou seja, os jornalistas têm uma espécie de tráfego livre entre as diferentes áreas do conhecimento, supondo-se capazes de decodificar toda a sorte de mensagens), afirmam-se aptos a selecionar os eventos mais significativos, atestando a veracidade dos mesmos e as formas narrativas a partir das quais os acontecimentos irão ser relatados. De acordo com Michael Shudson, o poder dos media, representado em grande parte pelos jornalistas, “está não apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras mas no seu poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem” (SHUDSON, 1982, p. 279).

Nas reportagens das revistas semanais de informação é possível identificar, no entanto, outros “personagens” que, juntamente com os jornalistas – e autorizados por eles -, contribuem para formar uma complexa rede de falas autorizadas (de caráter móvel, ou seja, que assume diversas formas, dependendo da natureza do acontecimento, dos personagens direta e indiretamente envolvidos e do público a que a reportagem se destina) que conferem sustentação e legitimidade à reportagem. No caso específico das reportagens de comportamento (conhecidas como “de interesse humano”⁵ e cada vez mais freqüentes em revistas semanais de informação), o personagem do “especialista” é comumente requisitado pelo jornalista para garantir, ou melhor, para reforçar o grau de legitimidade de sua argumentação. O especialista pode ser caracterizado como um profissional que supostamente domina um extenso repertório de conhecimento (e que não cessa de se multiplicar com o passar do tempo) em torno de um objeto específico; é o profissional que está “apto a falar” porque supostamente conhece em profundidade, consegue identificar as estruturas mínimas que constituem seu objeto, ou seja, os “átomos de verdade” do objeto. O especialista, enfim, é aquele que supostamente consegue ver em profundidade.

qual ‘cada elemento do público é pessoal e directamente atingido pela mensagem’ (pag. 20). In: WOLF, Mauro. *As Teorias da Comunicação*. Rio de Janeiro: Lisboa, Editorial Presença, 1999.

⁵ “Na opinião da maior parte dos escritores americanos sobre notícias, subsiste a ssunção de que há dois tipos de notícias, variavelmente chamadas hard em oposição a soft, ‘importantes’ em oposição a ‘interessantes’ (Gans, 1979), ‘notícias’ em oposição a ‘interesse humano’ (Hughes, 1940), e ‘informação’ em oposição a ‘estória’ (Shudson, 1978)” (pag 264). In: BIRD, Elizabeth S. & DARDENNE, Robert W. “Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In: *Media, Myths and Narratives: Television and the Press*, de CAREY, James (Ed.), Newbury Park, Sage Publications, 1988.



É preciso ressaltar, no entanto, que nem todos os “personagens” convidados pelos jornalistas a falar nas reportagens, a emitir um parecer, podem ser caracterizados como especialistas; essa é a denominação, entretanto, que os jornalistas empregam de forma corrente para identificá-los. Em muitas reportagens, inclusive, os jornalistas simplesmente limitam-se a evocar, de forma vaga e imprecisa (sem citar nomes ou referências), a figura do especialista com o intuito de conferir um reforço simbólico à sua argumentação. De acordo com Barbie Zelizer, “muito da prática jornalística constitui-se numa espécie de ‘trabalho secreto’: os jornalistas apresentam os eventos através de enquadramentos explanatórios que constroem a realidade, mas sem revelar os segredos, as fontes ou os métodos de tal processo” (ZELIZER, 1992, p. 12). Em construções do tipo “especialistas indicam”, “especialistas garantem”, “especialistas afirmam”, por exemplo, é possível perceber a construção de um engenhoso artifício, que opera de forma subterrânea porque diretamente vinculado a um senso comum, que pré-valida determinadas falas e pontos de vista nas reportagens. É como se a mera referência à figura do especialista garantisse a veracidade e a pertinência das informações.

2 – A costura da narrativa

2.1 – Ocultamento e revelação

Mas, para além da caracterização da informação como verdade, tal artifício – é preciso dizer – constitui uma estratégia de ocultamento da própria voz do jornalista. Dizer que a informação é garantida pelo especialista, aprovada pelo especialista representa uma tentativa de o jornalista se ausentar simbolicamente não só da cena do acontecimento a partir do qual elabora a reportagem como da própria argumentação de que se utiliza para reconstruir o acontecimento em palavras. O que se observa, no entanto, é que a tentativa de “apagamento” da voz resulta em um encobrimento. A voz do jornalista (e aqui me refiro especificamente à sua visão, opinião, ponto de vista) não deixa de existir; ela é simplesmente realocada de uma camada mais superficial do texto para uma mais profunda.

É interessante observar a ambigüidade que permeia a relação jornalista X especialista: ao mesmo tempo em que o jornalista se afirma como “árbitro proficiente” (CAMPBELL, 1991, p. 16) entre a voz do especialista e a da sociedade, entre o especialista e o senso comum, colocando-se, portanto, em primeiro plano na reportagem, ele “esconde-se” por trás da figura do especialista. É como se, de fato, a atividade jornalística de mediação de discursos se limitasse a uma ação puramente técnica (entendendo-se técnica através de seu emprego corrente como “atividade neutra”, “despolitizada”), se confundisse simbolicamente com a atividade de uma máquina, quando se sabe que isso é impossível. Nas reportagens, especificamente nas de comportamento – em que a figura do especialista é recorrente – é possível visualizar, portanto, um interessante jogo de revelação e ocultamento, em que se alternam em primeiros e “últimos” planos as figuras do jornalista e do especialista. Ora é o jornalista que se apresenta como figura indispensável na reportagem, assumindo, por vezes, um tom supostamente crítico e irônico (sobretudo se se trata de recriminar os “excessos” e exageros da elite), ora é o especialista que emerge como voz ativa, como autor de uma fala que, necessariamente, está “posicionada” socialmente, atravessada por opiniões e valores. Embora, é preciso ressaltar, não raro seja possível identificar no discurso do especialista uma tentativa de anular o seu caráter opinativo, transformado em “coisa certa”, em natureza, em voz inquestionável, contra a qual nenhuma outra parece sensata.

Desafiar, portanto, a voz do jornalista e a do especialista implica uma dupla “auto-agressão”, uma dupla insensatez: negar a possibilidade de expressão democrática, livre e plural, representada pelo jornalista, e a “ética neutra da ciência”, a “verdade da ciência”, representada pelo especialista. Pois o especialista, da forma como é agregado às reportagens de comportamento, emitindo pareceres com relação aos hábitos de vida dos indivíduos, classificando suas ações cotidianas como boas ou más, apontando os caminhos “certos” em forma de cardápios de boa-saúde, de boa-forma, de bom-comportamento, constitui a materialização de uma determinada visão da ciência como campo de conhecimento neutro, livre de toda a sorte de valores e à serviço de todos. A neutralidade de posição é requerida, portanto, mais explicitamente pelo jornalista e menos explicitamente pelo especialista; apesar de o jornalista apresentá-lo como um indivíduo socialmente situado, com um determinado ponto de vista, capaz de emitir opiniões, o

especialista se esforça em afirmar que sua fala é destituída de juízo de valor, de moral, de opinião. E o leitor é convidado a concordar com a fala do especialista porque sua qualidade de sensatez e sagacidade é exaltada. A voz do especialista (para quem tais qualidades pré-existem no leitor) não se dirige a ele, portanto, como voz situada, mas suspensa, neutra, capaz de guiar, de conduzir, de “fazer ver os ainda cegos” (mas que têm uma imensa capacidade de ver, porque aptos a “bem julgar”, a discernir), de iluminar.

2.2 – As estatísticas e a entrevista

O uso de estatísticas nas reportagens de comportamento também constitui um outro mecanismo de reforço à figura do especialista, ao tipo de fala com relação à ciência que ele representa. Os números são invocados nas reportagens para reconstruir os acontecimentos, supostamente de forma ampla, e para apontar caminhos, soluções; põem-se a serviço da ciência, e daqueles que a manipulam, os especialistas, para conferir provas concretas aos seus argumentos. A aura da neutralidade dos números é constantemente invocada em detrimento de uma contextualização dos modos de “fabricação⁶” desses números. Da forma como são empregados, parecem possuir uma vida independente, autônoma, desvinculada de usos e de propósitos bem determinados; parecem possuir uma “ética neutra” (tão bem encarnada na representação feita por essas revistas da ciência). Pode-se dizer, inclusive, que nas reportagens de comportamento é possível visualizar um fetiche numérico, já que a mera invocação dos números parece ser capaz de preencher simbolicamente o vazio da argumentação, muitas vezes, dispensando um detalhamento mais aprofundado do acontecimento a partir do qual se elabora a reportagem. Da forma como são empregados, os números representam, enfim, uma garantia, um atestado, funcionando estrategicamente de modo semelhante ao “parecer” do especialista. Glasser e Ettema exemplificam um dos tipos de uso – bastante comum - encarnado pelos números em reportagens jornalísticas. Para

⁶ Émile Durkheim nos faz atentar para o caráter abstrato e não empiricamente verificável dos números, ao contrário do que a representação feita do universo matemático por essas publicações parece reforçar: “Pode-se dizer que o objeto de qualquer ciência é uma coisa, salvo, talvez, os objetos matemáticos, pois, por sermos nós quem os constrói, desde os mais simples aos mais complexos, bastará, para os conhecermos, que olhemos para dentro de nós mesmos e analisemos interiormente o processo mental de que resultaram”. DURKHEIM, Émile. “As regras do método sociológico”. In: CIVITA, Victor (editor). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

eles, “as estatísticas e comparações objetificam o normal e, através da implícita igualização entre moralidade e normalidade, transformam as reivindicações morais em reivindicações empíricas” (GLASSER & ETTEMA, 1991, p. 16).

Mas, para além da constatação de que os especialistas, por meio da forma como são agregados à narrativa pelos jornalistas, constituem fontes autorizadas - cuja fala, em princípio, não deve ser contestada, representando, por vezes, uma extensão da fala do próprio jornalista -, é preciso atentar para as estratégias de construção da narrativa jornalística que possibilitam tal configuração discursiva. Uma das estratégias (e talvez a principal delas) de que se faz uso de forma corriqueira na elaboração e estruturação das reportagens é a prática da entrevista, com relação à qual não se faz qualquer tipo de objeção – em virtude da sua incorporação ao repertório de práticas jornalísticas e ao processo de naturalização derivado dessa incorporação. Esse método de captação de informações constitui uma estratégia que, entre outras coisas, pré-valoriza falas e lugares de fala que são objeto de entrevista e sobre os quais se lança um foco de luz, uma atenção particular. É como se ficasse subentendida a importância do indivíduo (e de suas visões) a quem é dada a possibilidade de falar, se manifestar, expor-se livremente.

Além disso, esse método é por vezes revestido com uma aura de neutralidade, e visto como um processo em que o jornalista pouco ou nada intervém, a não ser como mero “editor” (função cujo poder de conformação de narrativas é muitas vezes subestimado). No entanto, se se recorre ao processo histórico de incorporação desse método às práticas jornalísticas, é possível visualizar uma ambigüidade com relação à sua suposta neutralidade. Isso porque a entrevista, no momento em que passou a ser legitimada pela comunidade jornalística, deixou em evidência a artificialidade do processo de criação das informações, já que o jornalista não mais se posiciona como mero “descritor”, mas como “arranjador”; ele passa a ampliar simbolicamente seu espaço de movimentação, tem a possibilidade de conformar a informação, de produzi-la, de criar as condições favoráveis para fazê-la vir à tona (SHUDSON, 1994, p. 578). Nas reportagens de comportamento das revistas semanais de informação esse não parece ser, contudo, o tipo de representação e lugar simbólico reservado à prática da entrevista. Pelo contrário, ela é de tal forma naturalizada que nada se diz a respeito de sua validade ou não, de sua pertinência ou não,

de sua objetividade ou não. Enfim, nada se fala a respeito da entrevista; unicamente do entrevistado.

Há ainda um outro aspecto com relação ao método da entrevista que merece ser destacado: o seu uso como estratégia para “deixar falar” uma determinada voz e ponto-de-vista constitui, para além de uma forma de naturalização da figura do especialista, o emprego de sua fala como matéria-prima para a construção de uma notícia. Pode-se dizer, portanto, que o especialista atua nessas reportagens como uma espécie de co-autor das notícias, pois toda a sua fala é aproveitada no sentido de preencher as lacunas que circundam o acontecimento, mas não de modo a “completá-lo” e complementá-lo com informações que estão subentendidas nesse mesmo acontecimento, mas de trazer informações novas, agregar elementos que dêem uma noção clara e ampla de suas causas e implicações. A fala do especialista, enfim, parece ter a pretensão de deixar ver a estrutura do acontecimento. Ou seja, nas reportagens de comportamento não é o acontecimento que se constrói por si mesmo, por uma simples lógica do acaso; ele é preenchido simbolicamente com a fala do especialista, com elementos que lhe dêem “substância”. Antes de ser atravessado pela voz do especialista, o acontecimento por vezes se apresenta como “nebuloso”, indeterminado, impreciso; é o especialista, com sua suposta visão aguçada, que traça as bordas do acontecimento, o explica, o desmistifica. Pela voz do especialista se possibilita não só uma leitura do acontecimento, mas a “melhor leitura”, a “leitura correta”, aquela que, segundo o próprio jornalista, vai fazer “toda a diferença”.

Pode-se dizer, inclusive, que em função das estratégias narrativas que ocultam o processo de construção das notícias pelos especialistas, da carga simbólica de autenticidade de que o jornalista o reveste, e que ele mesmo, de forma autônoma, reivindica para si pelo *status* que ocupa socialmente em função do suposto saber que detém, o processo de “disponibilização” das informações pelas revistas semanais de informação se torna ainda mais esvaziado de conflito. No momento em que os especialistas oferecem aos leitores formas apropriadas de como agir nas mais diversas situações, embora os jornalistas por vezes busquem ressaltar a relatividade de um tal processo (mas nunca questionar a existência de atitudes “corretas”), o tom de “fatalidade” que circunda o acontecimento parece duplamente presente: pelo processo “natural” que o originou e pela constatação de sua ocorrência pelo especialista (sendo que a do jornalista está subentendida), que não se

limita a descrevê-lo, mas a recriá-lo, a investigá-lo. O especialista, portanto, reafirma o acontecimento na medida em que o reconhece e também através do processo de visualização de seu mecanismo de funcionamento, de sua lógica interna.

Esse duplo selo de autenticidade que reveste o acontecimento interfere diretamente na forma como ele é oferecido ao leitor, que é estimulado, como já dito num momento anterior, a prolongar as falas dos especialistas na medida em que é capaz de distinguir o certo do errado, o bom do mau; que é sensato; prudente; sagaz. O processo de naturalização do acontecimento (associado ao jornalismo brasileiro, de uma forma geral, levando-se em conta o modo como foi instituído historicamente), portanto, recebe um reforço simbólico pela voz da ciência, representada pelo especialista. Isso implica uma despolitização de sua fala, que, sob nenhuma hipótese, merece ser questionada, mas reconhecida como válida por aqueles que têm a capacidade de ver, de ver bem, de ver melhor; enfim, por todos aqueles que têm “bom senso”⁷. Na reportagem de capa de *Época*, de 29 de novembro de 2004, em que se lê “Aprenda a dizer não”, é possível visualizar a forma como a voz do especialista se mistura ao próprio acontecimento, conformando-o:

Impor limites - dez dicas para cultivar a obediência em casa: 1) É difícil impor limites quando os pais querem **ser queridinhos dos filhos**⁸. A missão dos pais é educar, não ser amigos; 2) Outro **erro** é achar que o filho vai **aceitar** os limites. Ele só aprende a obedecer; 3) Com os pequenos, **não adianta falar**. É preciso tirá-los das situações de risco; 4) Para **as crianças de até 8 anos**, o castigo mais sério é a retirada da atenção dos pais. Diga que não gostou de seu comportamento e saia de perto; (...) 8) Cuidado para **não superdimensionar** a duração de um castigo. O tempo deles é diferente do tempo dos adultos. Deixe o pequeno sem descer para brincar por uma tarde, a criança sem videogame por uma semana e o adolescente sem sair à noite por 15 dias (VEIGA e LEAL, 2004, p. 94).

Nesse trecho da reportagem, em nenhum momento a voz do especialista é nuançada, relativizada; pelo contrário, ela é oferecida ao leitor como expressão de uma verdade. O tom impositivo com que a voz do especialista é apresentada reforça o caráter de “coisa inquestionável” que assume simbolicamente, como se pode perceber nas seguintes construções: “a missão dos pais é educar, não ser amigos”; “Ele (o filho) só

⁷ “Quando dizemos que alguém demonstrou ter bom senso, queremos expressar algo mais que o simples fato de que essa pessoa tem olhos e ouvidos; o que estamos afirmando é que ela manteve seus olhos e ouvidos bem abertos e utilizou ambos – ou pelo menos tentou utilizar ambos – com critério, inteligência, discernimento e reflexão prévia, e que esse alguém é capaz de lidar com os problemas cotidianos, de uma forma cotidiana, e com alguma eficácia” (pag 115). In: GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁸ Destaque em negrito da reportagem.



aprende a obedecer”; “diga que não gostou de seu comportamento e saia de perto”. Em uma reportagem semelhante, da Revista Istoé de 17 de setembro de 2003, intitulada “Instruções na estante”, constrói-se uma narrativa que se utiliza, em grande parte, das mesmas fontes da reportagem de Época (autores de *best-sellers* sobre educação de filhos), e que tem como mote o auxílio aos pais na educação de seus filhos. Em um trecho da reportagem é possível visualizar, da mesma forma como na reportagem de Época, a maneira como a voz do especialista se confunde com a “voz da verdade”, a que aponta o caminho certo a ser seguido:

O mercado prova como essas obras funcionam como um guia supletivo de como lidar com a criançada. Foi assim com a professora carioca Simone de Oliveira, de 31 anos. Mãe de Luís Guilherme, dez anos, e Gabriel Nicolas, cinco. Ela teve dificuldades em lidar com o filho mais velho, que apresentou, anos atrás, muita agitação e dificuldade na escola. ‘Eu não sabia o que fazer e perdi a paciência algumas vezes. A madrinha dele me deu os livros Quem ama, educa! E Limites sem traumas. Isso me ajudou muito. Vi que uma coisa é querer passar o melhor para os filhos e outra, bem diferente, é fazer isso da maneira certa’, conta Simone (GULLO, LOBATO e MORAES, 2003, p. 55).

3 – Saber sem conflito

Retomando a citação que introduziu o seguinte trabalho, pode-se dizer que a fabricação de “micro-especialitas” que Culpeper denunciava há quatro séculos atrás constitui um fenômeno macroscópico de nosso tempo, em que os indivíduos são convocados a gerenciar toda a sorte de conflitos por um método sem conflito, prolongando a voz do especialista através de suas práticas cotidianas, fazendo valer uma determinada ética neutra da ciência, supostamente engajada no compartilhamento por toda a sociedade de um bem comum. No nosso tempo, cada um, de fato, é instado a acionar um repertório de saberes para “atravessar” os conflitos, cada um é instado a ser um micro-especialista, mas cuja autonomia é bastante relativa. Ao mesmo tempo em que cada um é estimulado a ler por sua própria conta, fazer por sua conta própria, ver e interpretar por sua conta própria, é preciso sempre recorrer à voz do especialista, consultá-la em manuais, de inúmeras



maneiras distribuídos socialmente, a exemplo das reportagens de comportamento das revistas semanais de informação.

Apesar de vivermos em sociedades que se autodenominam democráticas, em que o direito comum prevalece (ou deveria prevalecer) sobre a autoridade de poucos, vemos nascer (ou renascer com toda força) um regime de construção de saber que possui características notadamente antidemocráticas, ou melhor, não democráticas (se é que essa é a maneira mais adequada de denominá-las), porque estreitamente vinculado a um determinado estrato social (representado pelos especialistas) que supostamente detém a verdade porque é capaz, através de uma formação apropriada e de uma estrutura tecnológica de ponta, de acessá-la, de manipulá-la. E o mais interessante: o que confere sustentação ao discurso encarnado pelos especialistas é a própria imagem que se sustenta em torno dele, como despido de argumentos dogmáticos e autoritários. Todos supostamente são livres para falar e para escolher. Mas é preciso, depois que tudo tiver sido dito e que todas as decisões tiverem sido tomadas, contentar-se com a impossibilidade de falar e com a estampa da “imprudência” ou da “insensatez” caso o caminho seguido não tiver sido o indicado por “aqueles que sabem”, pelos nossos “termômetros de ação”, os especialistas.

Referências bibliográficas

- BIRD, Elizabeth S. & DARDENNE, Robert W. “Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias”. In: *Media, Myths and Narratives: Television and the Press*, de CAREY, James (Ed.), Newbury Park, Sage Publications, 1988.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa. Os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- ENTMAN, Robert M. & HERBST, Susan. “Reframing Public Opinion as We Have Known it”. In: BENNETT, W. Lance & ENTMAN, Robert M. *Mediated Politics: Communication in the future of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 1997.



- GLASSER, Theodore L. & ETTEMA, James S. “Investigative journalism and the moral order”. In: *Critical perspectives on media and society*, ed. by AVERY, Robert K. & Eason, David. New York & London: The Guilford Press, 1991. Traduzido por MTGF de Albuquerque.
- GULLO, Carla & LOBATO, Eliane & MORAES, Rita. “Instruções na estante”. In: Revista Istoé, Editora Três, 17 set 2003, n. 1772.
- LEAL, Renata & VEIGA, Aínda. “Aprenda a dizer não”. Revista Época, Editora Globo, 29 nov 2004, n. 341.
- LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. New York: Free Press Paperbacks, 1997.
- SHUDSON, Michael. “The politics of narrative: the emergence of news conventions in print and television”. *Daedalus*, 1982.
- SHUDSON, Michael. *Question Authority: a history of news interview in American journalism*. Media, Culture and Society, 1994.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- WOLF, Mauro. *As Teorias da Comunicação*. Rio de Janeiro: Lisboa, Editorial Presença, 1999.
- ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992. Traduzido por MTGF de Albuquerque.